



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anti corrupção - Transparência - Integridade

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NO SECTOR PÚBLICO

# Finanças Públicas



21 de Abril de 2025 | Edição nº 04 | Distribuição Gratuita | [www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org)

## AS DESPESAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE NÃO BENEFICIAM QUEM MAIS PRECISA

– Apenas 1 em cada 5 pessoas, entre as mais pobres, beneficia das despesas sociais

Por: Gift Essinalo e Teresa Boene\*

### 1. INTRODUÇÃO

Dados recentes do Banco Mundial<sup>1</sup> revelam uma realidade preocupante: “A proporção dos gastos públicos nos sectores de educação, saúde e assistência social básica, que beneficiam directamente os 20% mais pobres de Moçambique, é de apenas 16%.” Esta constatação levanta sérias dúvidas quanto à eficácia das políticas públicas na redução da pobreza e das desigualdades sociais no país.

Os dados da Conta Geral do Estado dos últimos 5 anos (2020-2024) corroboram com essa conclusão, especialmente nos sectores de Educação e Saúde, que têm sido historicamente subfinanciados pelo Governo. Nesse período, por exemplo, o Governo alocou, em média, 19,3% e 10,7% do Orçamento do Estado para esses sectores, respectivamente. Estes valores estão abaixo dos níveis mínimos recomendados pelos compromissos internacionais, que sugerem que os países devem destinar, no mínimo, 20% do Orçamento para a Educação e 15% para a Saúde – metas que Moçambique ainda não conseguiu alcançar. Além disso, o programa de Assistência Social às Famílias recebeu, no mesmo período, apenas 1,2% do Orçamento do Estado<sup>2</sup>.

Por outro lado, a falta de critérios transparentes e equitativos na alocação de recursos, especialmente a nível das províncias, é um dos factores que compromete gravemente o potencial das despesas públicas para reduzir os índices de pobreza e de desigualdade no país.<sup>3</sup>

Portanto, a combinação de baixos investimentos e de alocação desigual dos recursos, sobretudo entre as províncias, compromete o papel transformador da despesa pública. Assim, este artigo pretende alertar para a urgência de reformular os critérios de alocação orçamental de forma a priorizar os segmentos mais vulneráveis da sociedade em linha com o Indicador 1.b.1 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1 Banco Mundial (2024). Who benefits from public spending? New evidence on pro-poor investments Disponível em [Who benefits from public spending? New evidence on pro-poor investments](#). Acessado aos 09.04.25

2 Centro de Integridade Pública. (2025). BdPESOE 2024: Último ano do Programa Quinquenal do Governo 2020–2024 foi marcado por retrocessos nos sectores da educação, saúde e agricultura. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2025/03/18/bdpesoe-2024-ultimo-ano-do-programa-quinquenal-do-governo-2020-2024-foi-marcado-por-retrocessos-nos-sectores-da-educacao-saude-e-agricultura/>

3 CIP (2023). Equidade na afectação de recursos: Províncias da região Norte negligenciadas na alocação de recursos para financiar as despesas de investimento. Disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/12/EQUIDADE-NA-AFECTACAO-DE-RECURSOS.pdf>

Em caso de dúvidas e mais informações contacte: [gift.essinalo@cipmoz.org](mailto:gift.essinalo@cipmoz.org) ou [teresa.boene@cipmoz.org](mailto:teresa.boene@cipmoz.org)

## 2. MOÇAMBIQUE ABAIXO DA MÉDIA GLOBAL

A redução da pobreza e das desigualdades é um dos pilares dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Uma das formas de alcançar esse objectivo é por via da alocação orçamental que atenda às necessidades dos mais desfavorecidos.

O Indicador 1.b.1 da ODS<sup>4</sup> avalia a proporção das despesas sociais, que beneficiam os 20% mais pobres da população, considerando três componentes principais: saúde, educação e transferências directas. Este indicador fornece uma base essencial para avaliar a inclusão dos investimentos públicos em capital humano, orientando os governos sobre a necessidade de reformular a distribuição orçamentária para alcançar os mais vulneráveis e atender às metas de redução das desigualdades.

Dados do Banco Mundial revelam que, a nível global, a média da proporção da despesa social destinada aos 20% mais pobres é de 26%<sup>5</sup>. Entre os países avaliados, os resultados variaram entre 10% e 39%.

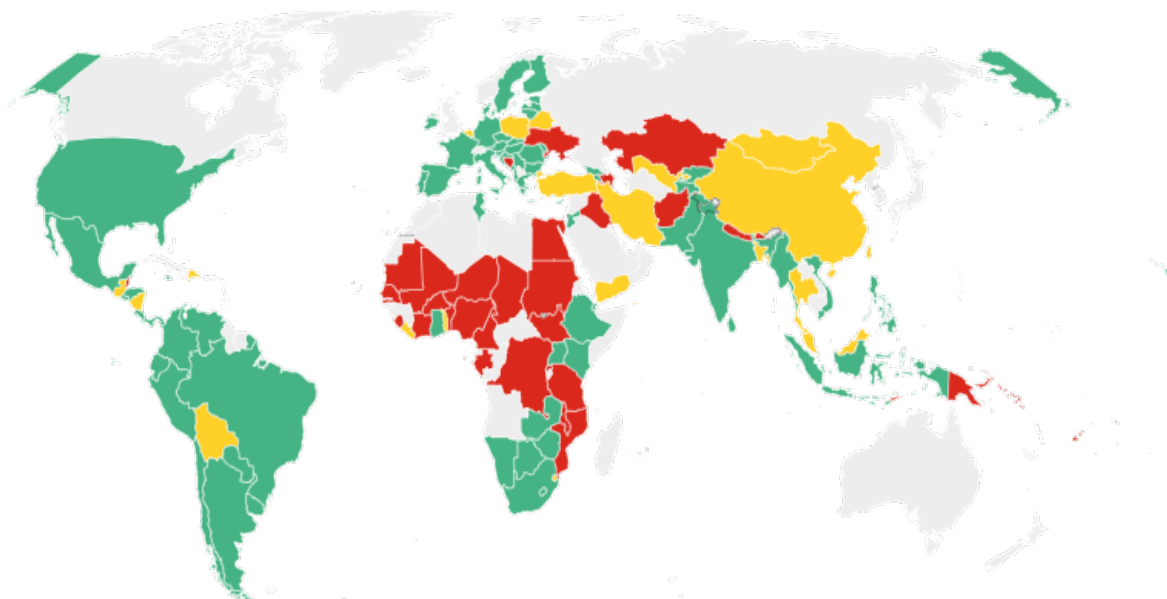
A nível internacional, países como os Estados Unidos, Brasil, Peru e Chile destacam-se por alocar, respectivamente, 34,2%, 31,3%, 37,8% e 30% do seu orçamento para os sectores sociais, beneficiando directamente as camadas mais vulneráveis da população. A nível regional, a África do Sul, a Namíbia e a Zâmbia apresentam melhor desempenho, com 26,5%, 25,5% e 27,6% das despesas sociais, respectivamente, a favorecer os grupos mais desfavorecidos.

Em Moçambique, no entanto, apenas 16% do total das despesas sociais tendem a beneficiar os mais pobres, situando-se abaixo da média global, que é de 26%. Este resultado evidencia limitações significativas na capacidade de canalizar recursos públicos de forma equitativa, principalmente para as camadas mais vulneráveis. Abaixo é apresentado como cada uma das subcomponentes de despesas sociais afecta individualmente os 20% mais pobres em Moçambique:

- **Transferências Directas: apenas 15,6% de recursos beneficia os 20% mais pobres**

Programas como o Subsídio Social Básico, que utilizam transferências directas para apoiar a população vulnerável, têm um impacto limitado em Moçambique, com apenas 15,6% do seu orçamento a beneficiar efectivamente os 20% mais pobres. A média global para esse tipo de iniciativa é de 26% — mais do que o dobro do desempenho moçambicano.

**Figura 1: Proporção das Despesas em Transferências Directas que Beneficiam os 20% Mais Pobres.**



Fonte: Banco Mundial.

Legenda: ■ 0–20% ■ 20–30% ■ +30%

<sup>4</sup> Nações Unidas (2024). Sustainable Development Goal. Disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/>.

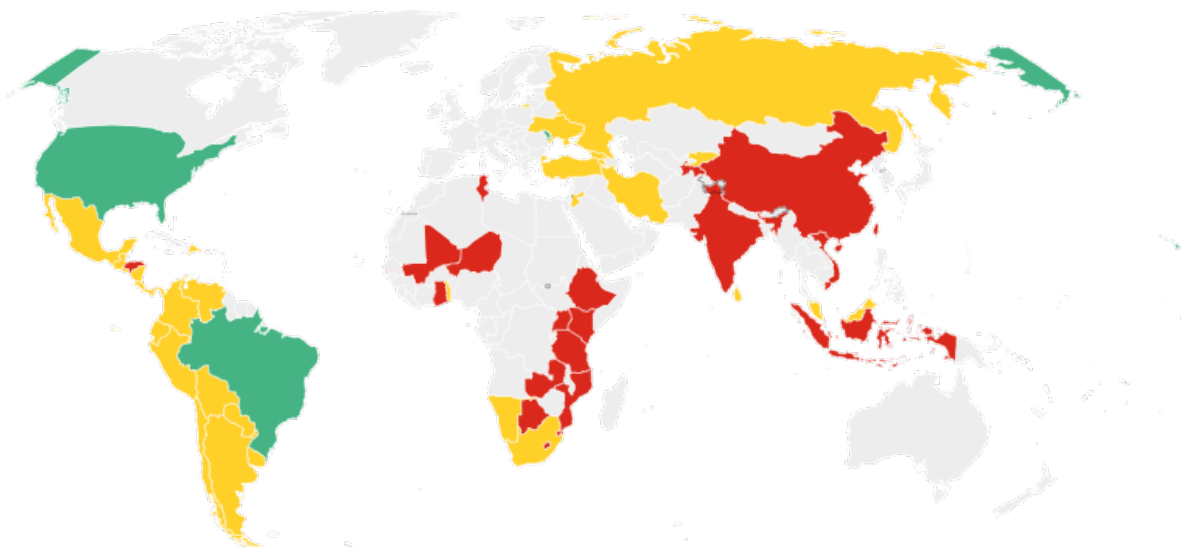
<sup>5</sup> Banco Mundial (2024). Who benefits from public spending? New evidence on pro-poor investments Disponível em <https://blogs.worldbank.org/en/opendata/who-benefits-from-public-spending--new-evidence-on-pro-poor-inve>. Acessado aos 09.04.25

A nível internacional, a Alemanha lidera com um desempenho impressionante. Do orçamento para a assistência social, por via de transferências directas, 80,4% deste orçamento tende a alcançar as camadas mais vulneráveis da população. Seguem-se o Peru e o Brasil com 66,4% e 41,5% das despesas de assistência social a alcançar os mais desfavorecidos, demonstrando um forte compromisso com a inclusão social. No contexto regional africano, a Zâmbia e o Zimbábue lideram, ambos com 44,3% do orçamento de assistência social a alcançar directamente os mais vulneráveis. O Lesoto também se destaca com 41,3%, seguido pela África do Sul, com 37%, e pela Namíbia, com 35,9%. Estes países demonstram que, mesmo em contextos desafiadores, é possível priorizar políticas sociais eficazes e inclusivas.

- **Educação: Apenas 15,1% das despesas públicas ajudam os mais vulneráveis**

No sector da educação, apenas 15,1% dos investimentos públicos em Moçambique beneficiam os 20% mais pobres da população, um desempenho inferior à média global de 22%.

**Figura 2: Proporção das Despesas em Educação que Beneficiam os 20% Mais Pobres.**



Fonte: Banco Mundial.

Legenda: ■ 0–20% ■ 20–30% ■ +30%

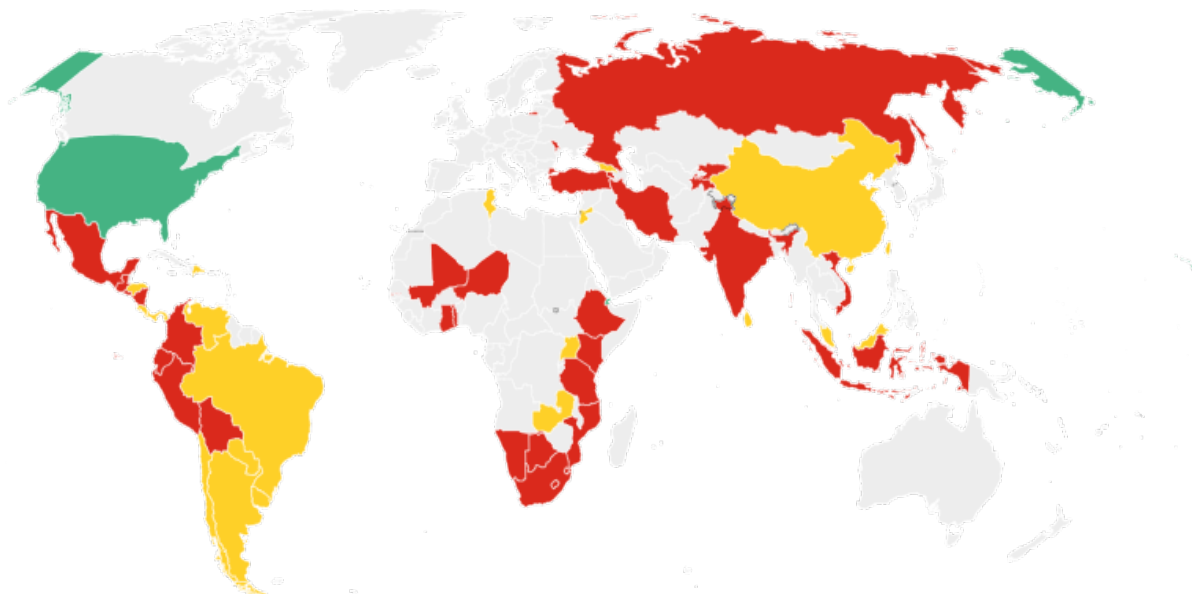
Em contrapartida, os Estados Unidos e o Brasil apresentam desempenhos significativamente superiores, com 32,3% e 32% do orçamento da educação, respectivamente, relacionados aos 20% mais vulneráveis da população.

Na região, destacam-se a África do Sul, o Lesoto e a Namíbia onde 22,8%, 22,8% e 20,7% do orçamento educacional, respectivamente, beneficia directamente os grupos mais desfavorecidos.

## • Saúde: 17,5% dos Recursos Atingem os 20% Mais Pobres

Na área da saúde, os dados mostram um desempenho ligeiramente melhor, com 17,5% das despesas públicas a beneficiarem os 20% mais pobres – valor próximo da média global de 19%.

**Figura 3: Proporção das Despesas em Saúde que Beneficiam os 20% Mais Pobres.**



Fonte: Banco Mundial.

Legenda: ■ 0–20% ■ 20–30% ■ +30%

Entre os países com melhor desempenho a nível internacional, destacam-se os Estados Unidos, o Brasil e a China, onde 31,7%, 20,5% e 20% das despesas em saúde, respectivamente, beneficiam directamente os 20% mais pobres da população.

Na região da África Austral, países como a Zâmbia (21,5%), África do Sul (19,6%), Namíbia (19,9%) e Botswana (19%) também demonstram uma maior eficácia na canalização dos recursos da saúde para os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

### 3. O GOVERNO PRECISA DE REAVALIAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Os dados disponíveis indicam que as actuais políticas sociais em Moçambique não estão adequadamente orientadas para atender os grupos mais pobres da população. O facto de apenas 16% das despesas sociais beneficiarem os 20% mais vulneráveis revela falhas estruturais profundas na distribuição do orçamento público, o que compromete gravemente o impacto das políticas públicas na redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Por outro lado, a experiência de países com contextos socioeconómicos semelhantes mostra que é possível fazer melhor. A Namíbia, por exemplo, em 2016 alocou 21% do seu orçamento à educação, 19,9% à saúde e 35,8% à assistência social, conseguindo fazer com que 25,5% do total das despesas sociais beneficiassem directamente os mais pobres. De forma semelhante, a África do Sul, em 2015, destinou 22% do seu orçamento à educação, 19,6% à saúde e 37% à assistência social, alcançando uma taxa de cobertura de 26,5% para os 20% mais pobres.

Moçambique, em contraste, falha em duas frentes críticas: por um lado, não cumpre com os compromissos mínimos de financiamento nos sectores sociais mais sensíveis e, por outro, enfrenta sérias deficiências na focalização das despesas. Disto resulta uma distribuição ineficaz dos recursos existentes — que muitas vezes não chegam a quem deles realmente precisa.

A má distribuição dos recursos destinados aos sectores sociais em Moçambique resulta de uma combinação de factores críticos, entre os quais se destacam o subfinanciamento crónico, a elevada dependência de doadores externos, a falta de transparência na gestão pública, a burocracia excessiva e a fragilidade dos mecanismos de monitoramento e avaliação. A revisão dos modelos de alocação de recursos é, portanto, essencial para assegurar que os apoios cheguem efectivamente às populações mais vulneráveis.

No caso específico da assistência social, é fundamental aprimorar os critérios de elegibilidade, fortalecer os sistemas de identificação e registo dos beneficiários, e estabelecer mecanismos que garantam uma distribuição mais justa, eficaz e transparente dos fundos públicos.

No sector da educação, medidas como a isenção de todas as taxas escolares, incluindo as de ingresso, podem facilitar o acesso de crianças de famílias vulneráveis. Além disso, a alocação adequada de infra-estruturas essenciais — como água potável, saneamento e fornecimento de lanches escolares — pode contribuir significativamente para a permanência dos alunos na escola, sobretudo nas zonas rurais. Investimentos complementares, como em água e saneamento, são particularmente importantes para as raparigas nas zonas rurais, que muitas vezes deixam de frequentar a escola por passarem horas a procurar água para as suas famílias.

Já no sector da saúde, a criação de equipas móveis compostas por profissionais de saúde e farmácia, aliada à expansão dos serviços comunitários, pode melhorar consideravelmente o acesso a cuidados básicos, especialmente para populações em zonas remotas. Um exemplo bem-sucedido é o do Quênia, onde a capacitação de agentes comunitários de saúde permitiu levar serviços essenciais a comunidades rurais isoladas, ampliando o acesso e contribuindo para a redução das desigualdades territoriais.

Portanto, se o Governo moçambicano almeja, de forma genuína, atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é fundamental que reavalie não apenas o volume de recursos investidos, mas também os critérios de alocação e os perfis dos beneficiários. Caso contrário, continuará a prevalecer um ciclo vicioso no qual um orçamento concebido para promover a equidade acaba por perpetuar desigualdades históricas e estruturais.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados revela uma realidade incontornável: o actual modelo de alocação de recursos públicos em Moçambique está a falhar no seu propósito fundamental de proteger os mais vulneráveis. Com apenas 16% das despesas públicas nos sectores de educação, saúde e assistência social básica a beneficiarem directamente os 20% mais pobres da população, o país posiciona-se aquém da média global de 26% e de muitos países da região, revelando falhas estruturais na focalização das despesas sociais.

De forma desagregada, observa-se que, no sector da assistência social, apenas 15,6% das transferências chegam de facto aos mais pobres; no sector da educação, apenas 15,1% dos recursos são canalizados para as camadas economicamente mais desfavorecidas; e, no sector da saúde, somente 17,5% da despesa pública beneficia directamente os segmentos mais pobres da população.

A má distribuição dos recursos alocados aos sectores sociais resulta de uma combinação de factores críticos: subfinanciamento crónico, elevada dependência de doadores externos, falta de transparência na gestão pública, burocracia excessiva e fragilidade nos mecanismos de monitoramento e avaliação. Para reverter esse cenário, torna-se essencial revisar profundamente os modelos de alocação de recursos, com foco na justiça distributiva e na eficácia das políticas públicas.

No caso específico da assistência social, há necessidade de aprimorar os critérios de elegibilidade; de fortalecer os sistemas de identificação e registo dos beneficiários e; implementar mecanismos que garantam uma distribuição mais justa, eficaz e transparente dos fundos públicos.

No sector da educação, a eliminação de todas as taxas escolares, incluindo as de ingresso, aliada à expansão de infra-estruturas essenciais como água potável, saneamento e alimentação escolar, pode representar uma estratégia eficaz para maximizar os benefícios dos investimentos públicos junto às famílias em situação de carência. Investimentos complementares, especialmente voltados para raparigas em zonas rurais — que frequentemente abandonam a escola para realizar tarefas domésticas como a busca de água — são igualmente fundamentais para promover a permanência escolar.

No sector da saúde, a criação de equipas móveis compostas por profissionais, combinada com a expansão dos serviços comunitários, tem potencial transformador. A replicação da experiência do Quênia, baseada na capacitação de agentes comunitários de saúde, pode revelar-se uma estratégia eficaz para levar serviços essenciais às zonas remotas, contribuindo assim para o reforço do acesso aos cuidados primários de saúde.

A efectividade das despesas sociais na promoção da equidade social exige uma abordagem baseada em evidências, onde os decisores políticos avaliem constantemente se os recursos estão de facto alcançando as populações mais vulneráveis. Para tanto, a implementação de mecanismos robustos de colecta e análise de dados é fundamental para embasar decisões mais precisas e direccionadas. Quando combinada com um sistema de monitorização contínua dos benefícios sociais, essa estratégia não apenas orienta políticas públicas mais assertivas, como também fortalece a transparência e a prestação de contas perante os cidadãos.



## Documentos consultados

- Banco Mundial (2024). Who benefits from public spending? New evidence on pro-poor investments Disponível em [Who benefits from public spending? New evidence on pro-poor investments](#). Acessado a 09.04.25
- Centro de Integridade Pública. (2023). *Equidade na afectação de recursos: Províncias da região Norte negligenciadas na alocação de recursos para financiar as despesas de investimento*. Recuperado de <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/12/EQUIDADE-NA-AFFECTACAO-DE-RECURSOS.pdf> . Acessado a 08.04.25
- Clements, B., Gupta, S., & Nozaki, M. (2025). *Who benefits from public spending? New evidence on pro-poor investments*. World Bank. <https://blogs.worldbank.org/en/opendata/who-benefits-from-public-spending--new-evidence-on-pro-poor-inve> . Acessado aos 09.04.25
- Nações Unidas (2024). Sustainable Development Goal. Disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/> .Acessado a 10.04.25



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norway



Suécia  
Sverige



Reino dos Países Baixos



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autores:** Gift Essinalo e Teresa Boene

**Revisão de pares:** Lázaro Mabunda e Rui Mate

**Revisão Linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique